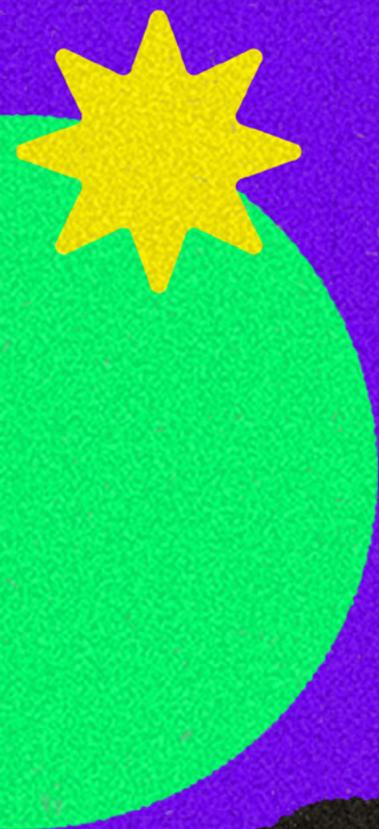


Entrevista

COM GIOVANNA OLINDA



Agosto 2023 | São Paulo - SP

Fundação Podemos: Há um ideário nas metodologias de ciências humanas e sociais de distanciamento do objeto de pesquisa. Como você enxerga isso? E, mais importante, qual impacto isto teve na sua trajetória metodológica?

Pois bem, esse ideário da impessoalidade — de um certo distanciamento entre o pesquisador e o que se pesquisa, herdado principalmente pelos modelos de conhecimento das ciências ditas “exatas” — foi uma sombra que me acompanhou por um longo tempo. Eu acreditava que — para eu realizar uma pesquisa reconhecidamente científica — os meus interlocutores deveriam passar por um processo mais formal, com entrevistas, assinaturas de termos específicos e questionários pré-elaborados. Porém, no decorrer da caminhada acadêmica, a vida real acontecia e não me dava essa escolha do distanciamento. Se eu quisesse enxergar, como eu propunha, as instituições invisíveis que permeiam o universo das ruas, eu não poderia fazer de uma forma tão institucionalizada.

Mas isso não foi um processo, e acredito que seja importante ressaltar, inteiramente consciente. A minha consciência, racionalizada, estava preocupada em fazer uma entrevista formal gravada, porém, inconscientemente, eu me permitia viver as coisas que o campo prático cotidiano me apresentava - e isso ia de conversas longas sentada com pessoas na rua até interações rápidas em bares, saídas de cinema, mercado, padarias, etc. Depois desses “vivididos inconscientes” eu voltava, daí sim, para os aspectos racionais que me auxiliam a entender essas interações.

Em resumo, demorou algum tempo

para eu entender que o modo como eu fazia pesquisa estava muito ligado às perspectivas da etnografia. Por ter uma formação interdisciplinar eu contava com alguns ensinamentos da antropologia, mas acreditava que eu não tinha o conhecimento total da disciplina para poder afirmar que o que eu fazia era etnografia. Muito recentemente eu tive esse esclarecimento pessoal de que o método de pesquisa que eu construí nesses quase 8 anos pesquisando o universo das ruas está muito afinado com esse modelo de construir conhecimento, que é bem diferente dessa perspectiva na qual o pesquisador não deve construir vínculos com o que se pesquisa (o que eu particularmente acho que é humanamente impossível fazer, mesmo se o seu “objeto” for de fato um objeto inanimado).

Levou mais tempo do que eu gostaria para que eu entendesse verdadeiramente que o afeto era sim uma forma metodológica válida para construir conhecimento. Isso é bem diferente de ser algo aprovado em locais acadêmicos mais conservadores — vide o exemplo do próprio Walter Benjamin que nunca teve um posto oficial dentro do mundo acadêmico de sua época.

Construir conhecimento me parece que é distinto de fazer ciência. Os moldes das ciências são uma forma de se chegar a certos conhecimentos, mas não são os únicos. Assim, acredito que a minha trajetória metodológica foi primeiro um conflito interno muito grande entre a teoria — em que eu pessoalmente desvalidava muito do que eu estava construindo em campo, por não obedecer às lógicas mais racionalizadas — e a prática que eu fazia cotidiana e inconscientemente. Depois de ter entendido, por meio da etnografia, que os meus caminhos eram válidos para se construir conhecimento, eu finalmente

assumi que não poderia ter sido de outra forma. Se eu tivesse seguido a cartilha de uma entrevista formal, com os protocolos institucionalizados e os padrões métricos de pesquisa impessoais obedecidas eu teria perdido as experiências que são, a meu ver, o grande material para construir uma ciência verdadeiramente humana, um saber humano.

Fundação Podemos: Uma importante palavra na sua produção é a experiência, que vem de Walter Benjamin. Além disso, é latente a influência de Benjamin no encaminhamento metodológico da sua pesquisa. De que forma Benjamin contribui para a nossa compreensão de subjetividades da urbe?

Acho que para responder essa sua excelente questão eu teria que fazer uma outra dissertação. Mas, falando de um modo menos burocrático, na minha percepção, os debates que o Benjamin faz sobre a existência humana — lembrando que ele, enquanto um bom filósofo, no fundo está preocupado com essa questão do SER — nos ajuda a entender a formação e, digamos, o encrustamento de uma certa mentalidade coletiva que é situada em uma realidade histórica específica. Isso quer dizer que se não trata do debate mental e teórico sobre a subjetividade humana (acho que o exemplo maior desse modo filosófico vem com o Descartes), mas antes perceber essas singularidades do ser em um mundo dado, mundo esse que apresenta suas guerras e mazelas reais.

Essa subjetividade que o Benjamin vai elucidar está ancorada na perda da experiência coletiva, um modo singular

de interação com o Outro, situado num campo existencial onde os pressupostos da relação capitalista da troca monetária não conseguem, com tanta facilidade, adentrar. Quando o sujeito fica pobre nessas experiências ele perde sua habilidade de percepção do aqui e do agora, por isso o mundo moderno é marcado, para esse filósofo, por uma “crise na percepção”. Isso não quer dizer que não existam mais interações coletivas reais, mas que sua natureza mudou, a natureza das interações humanas, com o estabelecimento da modernidade, tem por base interacional o valor monetário das coisas e não a experiência por si.

É justamente nessa transformação que a compreensão da subjetividade humana por meio do Benjamin se insere: quando o modo como percebemos e atuamos no mundo circundante se empobrece, nossa percepção sobre o real muda e, com isso, tudo muda. A grande contribuição do Benjamin foi mostrar que essa percepção adquirida é pobre, apesar de todo império de riquezas que vem com a frieza econômica da eficiência. O ser humano conseguiu produzir e acumular muita coisa, mas em troca teve que soterrar os tesouros que se ligam aos afetos coletivos primordiais. Não é à toa que uma das maiores capacidades humanas se perca nesse caminho, a memória coletiva é a primeira que sofre os ataques para que essa nova percepção seja incorporada. O sujeito ideal da urbe não deve ter experiências coletivas porque essas interações remetem invariavelmente à sua essência humana coletiva e imperfeita, e não é isso que um empreendedor de si precisa para alcançar o sucesso.

Fundação Podemos: Ainda sobre a metodologia, você utiliza tanto Foucault como o já mencionado Benjamin. Qual você diria que teve mais peso durante a sua pesquisa etnográfica?

Eu acredito que os dois tiveram um peso importante, mas em áreas distintas. O Foucault serviu como ferramenta em dois momentos elementares: primeiro para perceber que as instituições não são apenas as dos muros físicos — foi através de “Vigiar e Punir” que essa iluminação teórica surgiu — ou seja, ele me ajudou a deslocar o meu olhar na realidade (mudou minha percepção); segundo os debates foucaultianos contribuíram na forma de construir a problemática por meio da genealogia. Utilizando-me da história, mas de uma forma não apenas cronológica ou que buscasse a origem de algo, mas antes na intenção de puxar uma linha de um novo, de desembaraçar os nós do presente por meio das construções reais do passado. Não apenas olhar para os “grandes feitos”, mas para aquelas coisas miúdas que apresentam potenciais gigantescos quando se olha com esse distanciamento do presente. Acho que, resumidamente, o Foucault me auxilia (porque continuo trabalhando com suas ideias) a tratar a teoria de uma forma diferencial e, principalmente, a construir algo singular junto com essa teoria porque está muito ancorada na realidade.

Já o Benjamin, muito me auxiliou para primeiro entender o que eu estava fazendo no campo e reforçar o que eu vivia ali enquanto algo muito potente. Se eu conseguia ver os sujeitos empobrecidos em experiência, eu também conseguia perceber com mais atenção os momentos em que aconteciam

uma troca coletiva real, uma experiência em campo. E essa percepção não era notada por meios conscientes racionais, eu sentia essa experiência no meu estômago, no meu olfato, paladar, na minha ansiedade e receios do campo, no pulsar das veias, nos abraços, olhares, no bater do meu coração, na emoção e afetos sentido durante as diferentes trocas entre universos diferenciais. Além de me indicar a preciosidades desses momentos, o Benjamin contribuiu para que eu validasse essas interações enquanto material para uma possível transmissão do vivido. A força da experiência está também em sua transmissão. Acho que essa “dupla dinâmica”, Foucault e Benjamin, juntos, foram essenciais para todo o meu trabalho, tanto de campo, quanto teórico e também na produção da dissertação. Sendo bem honesta, essa dupla me auxilia em aspectos que extrapolam os campos acadêmicos.

Fundação Podemos: Em seu estudo, você menciona a questão de que as instituições não conseguem abordar seus objetivos primordiais – acabar com a população desviante, mas há sua efetividade em objetivos outros. Na sua visão, qual o papel das instituições na construção da moral?

Pelo percurso que realizei durante a pesquisa, pude perceber que os objetivos oficialmente ditos não são os que as instituições de fato alcançam, o discurso é um, o produto é outro. Porém, isso não significa que as instituições não estão cumprindo seus papéis, muito pelo contrário, elas fizeram um trabalho exemplar na disciplina dos corpos, por exemplo. Quando digo que elas falham, isso significa que o discurso sobre o que elas de fato produzem não é

condizente. Existe um vão enorme entre as promessas de uma instituição e o que de fato elas propiciam, e isso é estratégico, obviamente. Nenhuma prisão irá afirmar que seus objetivos é contribuir para a contínua construção da delinquência, por exemplo.

As instituições são extremamente eficientes nas rotulações, nas ênfases e na promoção daquilo que é considerado errado. Introjetar o exemplo do que não fazer, do que não ser, do que não ter como ideal, do que não considerar como objetivo de vida, isso sim, as instituições fazem com maestria. Nesse sentido são extremamente eficientes. Um outro exemplo rápido disso é a reação espantosa que temos ao ouvir que alguém escolheu morar nas ruas, uma vez que ter essa vontade, esse objetivo é quase impensável pelos “normais”. As instituições foram muito bem-sucedidas em estabelecer o desejo coletivo dentro de certos padrões.

E aí, para cumprir essa missão não faz sentido que as instituições fossem apenas aquelas com muros reais, as prisões, escolas, hospitais, etc. Para que todo esse arranjo disciplinar funcione, é preciso que a mentalidade institucional esteja espalhada por toda parte, acima, abaixo e — principalmente — nos poros de cada um. Por isso o corpo humano, com seus movimentos é tão caro às disciplinas, é preciso uma certa postura, uma forma específica de falar, etc. Os vários mecanismos institucionais têm assim um papel elementar na construção daquilo que uma sociedade vai considerar enquanto normal ou não, ou seja, da moral seguida por essa determinada sociedade, considerando (sem entrar no gigantesco debate sobre moral e ética) que a moral é esse terreno comum que regula algumas atitudes, pensamentos, vontades e desejos humanos.

Fundação Podemos: Você aborda brevemente como os internados “tem cor”. Qual você acha que é a relação entre a raça e a sua pesquisa?

Mais uma vez, uma excelente pergunta que daria uma excelente pesquisa. Foi inegável durante minha pesquisa que a questão racial estava presente a todo instante, não só nos terrenos da história, mas também no que vivi em campo. Certamente a população negra é uma grande maioria no universo das ruas e considerando também as ferramentas metodológicas censitárias de autoidentificação que indicam isso e apresentam, acredito eu, algumas falhas que fariam esse número aumentar. Em 2020 pude trabalhar como censitária no Censo da PopRua dentro dos albergues e uma das questões que mais geraram dúvidas foi “Qual é a sua cor?” Muita gente apontava para o braço e falava “essa aqui ó”. No resultado dessa pesquisa a população parda formou a maioria dos entrevistados, mas havia essa certa “confusão racial” no ar. Acredito que os dados não dão conta da dimensão cultural da autodeclaração racial brasileira. Mas isso é um outro debate.

A gente vê que a rua tem cor e — em um país erigido sobre um cemitério escravista (e indígena) — a cor dessa rua é negra, mesmo que não fenotipicamente vista enquanto tal. Eu acho que não estou sabendo desenvolver muito bem essa questão porque de fato eu não tenho o conhecimento necessário para responder, com propriedade, essa temática. E isso não é só de agora, percebi durante a pesquisa que eu não teria pernas, nem braços, nem pés, nem cabeças para tratar integralmente essa questão porque ela é um iceberg. Talvez o maior iceberg brasileiro. Eu tentei apenas indicar que esse iceberg

existe, mas meu pequeno barquinho ainda não consegue se aprofundar nessas águas, infelizmente. Deixarei para responder essa questão em um futuro, peço desculpas.

Fundação Podemos: Vimos, nos últimos anos, o aumento da desigualdade e da pobreza e, conseqüentemente, o aumento da população de rua. Qual a sua avaliação do papel das instituições nesse cenário? Mais importante, qual o papel do Estado nessa conjuntura?

Bom, digamos que eu tenha uma visão sobre esse “papel do Estado” um tanto quanto complexa. Acredito que o Estado cumpra muito bem o seu papel se olharmos para os objetivos reais das instituições: assujeitar e controlar a vida humana para que determinados fins se cumpram. Nesse sentido, um dos papéis do Estado é, por exemplo, favorecer o distanciamento entre os iguais; diferenciar, criminalizar e separar o coletivo; favorecer que outras instituições, como as ligadas ao mercado financeiro, funcionem bem.

Esse debate também é gigantesco e muito da minha visão vem das considerações foucaultianas sobre o Estado. Mas, digamos que eu acredite que muito do que o Estado faz, inclusive coisas ditas “boas” como a construção de moradias, podem ser traiçoeiras. Isso também não quer dizer que o Estado não deva fazer nada. Mas é preciso entender melhor as nuances do fazer público. Durante a pandemia eu trabalhei com uma pesquisa realizada pelo GCSMUS (Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability) na Praça da Sé. O objetivo era perceber o cotidiano das pessoas de rua nesse cenário. O que

foi muito interessante de notar era que, no meio do caos que foi a pandemia, muita gente na rua afirmava que a vida cotidiana deles havia melhorado. A oferta de serviços básicos aumentou consideravelmente e alguns projetos que estavam no papel há anos foram implementados rapidamente, como o banheiro público. Nesse cenário pude perceber que a provisão desses serviços essenciais, e que sempre foram uma demanda real da rua (como guarda-volumes, lavanderia, bebedouro, cozinhas coletivas, etc. - serviços que garantem uma certa autonomia dos sujeitos) deveriam estar incluídas nas agendas públicas enquanto prioridade, porque, de fato, favorecem para se obter um cotidiano com mais dignidade. Entretanto, no caso do Brasil, me parece que há um desvio proposital do foco dos serviços, a fim de manter o bom funcionamento das já mencionadas instituições. Favorecer a precariedade no universo das ruas é uma forma de alimentar os aparelhos institucionais como a prisão, hospitais e principalmente uma os mecanismos institucionais de uma economia baseada na desigualdade.

Não sei se respondi muito bem sua questão, mas em resumo eu acredito que o papel do Estado é, em sua grande maioria, o reforço às instituições, uma vez que são elas que produzem a ordem para que as coisas funcionem sem muitos abalos, sem muitas discordâncias, sem rebeldias. O irônico disso para mim é que uma das minhas formações é justamente em Políticas Públicas, imagine o nó na minha cabeça na hora de fazer o TCC tendo essas perspectivas em mente. Já pude falar em algumas mesas sobre essas questões e a minha impressão é que ninguém entendeu nada do que eu dizia, espero que seja diferente aqui. Mas, caso eu não tenha sido clara, permaneço à disposição para

continuar esse debate.

Fundação Podemos: Há uma resistência em utilizar a terminologia “população em situação de rua” ou derivados. Por que existe essa resistência? E por que a escolha em utilizar termos como “pessoas que fazem da rua a sua morada”?

Eu estou de fato honrada com suas perguntas, porque elas vão no cerne da minha pesquisa de uma forma muito clara e direta. Obrigada mais uma vez por elas.

Bom, eu escrevi um artigo apenas sobre essa questão, porém ele ainda está nos trâmites para a publicação, vou dar os spoilers aqui com exclusividade, rs.

De fato, eu não uso esse termo para referenciar os meus interlocutores por basicamente dois motivos. O primeiro deles é que essa terminologia, assim como o “vadio”, por exemplo, apresenta um cunho político institucional muito forte, essa terminologia não surgiu na rua — apesar de se popularizar em certa medida dentro dela — digamos que não é uma categoria nativa. Dessa forma, ela carrega pressupostos institucionais históricos do nosso tempo contemporâneo, a terminologia “população” é muito particular e ligada hoje a uma ciência estatística, uma arte estatística, onde cada indivíduo tem seu papel a serviço do bom funcionamento da curva normal. Assim, a “população” age de uma determinada maneira inserida no que é considerado normal, tem objetivos normais, sonhos normais, padrões de vida normais que, ao meu ver, não são os dos interlocutores que dialoguei em campo. Outro ponto (considerando o aspecto mais terminológico da questão) é a imposição da situacionalidade

que vem com essa categoria. Esse subitem, por sua vez, levanta dois pontos: a grande maioria das pessoas que vivem nas ruas estão nessa “situação” há mais de 5 anos, isso considerados aqueles que estão mais recentes nessa “situação”, porque existem os que estão há 10, 20, 30 anos na rua, ou seja, é uma situação permanente; outro ponto dessa situacionalidade é que ela implica em uma “superação”, ou seja essas vidas são uma fase que vai passar, não um modo de existência real. Assim, a pessoa que está nessa “situação” deveria primeiro sair dela para receber as abundâncias desse maravilhoso mundo normalizado, com suas casas individualizadas, seus carros e emprego dos sonhos. Aquela vida afirmada na “situação” deve ser minada, exterminada porque ameaça esses outros modos normalizados de vida.

As pessoas que eu encontrei e que dialogam com meu trabalho não são as que topam, conscientemente ou não, esse jogo. Meus interlocutores são os desviantes por excelência, são os que estão nas ruas há muito tempo e que desenvolveram um vínculo com ela, que sabem viver nela e por meio dela. São essas figuras repugnantes a muitos olhares e que desafiam a lógica pública “apenas” com sua própria existência real presente. Na minha percepção, essas pessoas não se enquadram enquanto população, elas desobedecem, de saída, as lógicas da população: são imprevisíveis, seus desejos, gostos, vontades e sonhos não estão nas métricas normais. Não são consideradas nem nas curvas dos desvios esperados. O sonho do meu interlocutor a quem minha tese é dedicada era a criação de uma Universidade Intergaláctica, porque interdisciplinar era muito pouco para a abrangência que ele via no conhecimento humano. Jamaica não cabe nas curvas

normais de uma população cujo sonho é uma casa própria. Talvez essas pessoas sejam, no mínimo, povo, mas ainda acredito que nenhuma rotulação abarque esses sujeitos. Acho que meus interlocutores, apesar de formarem um coletivo considerável (e em diferentes partes do mundo) são um grupo dentro de um outro grupo, grupo esse escorregadio demais para as rotulações. Me parece que utilizar “pessoas que fazem da rua sua morada” resume de certa forma tudo isso, porque evidencia a capacidade de cada um em fazer escolhas e afirmar elas por meio dessa existência espacialmente distinta.

Fundação Podemos: A meu ver – e eu posso estar equivocada – existem dois pressupostos da vida moderna, que estão presentes em nossas vidas, que vão de encontro ao ócio: a necessidade de produtividade e o tempo. Como você vê a importância do ócio em nossas vidas?

Eu gostaria de finalizar essa entrevista com uma breve história que foi justamente o “despertar” para escrever o projeto da dissertação que deu origem ao livro que estamos tratando aqui e que tem muito a ver com sua pergunta.

Em meados de 2017 eu estava em uma palestra na Livraria Unifesp localizada na praça da Sé em São Paulo. O debate era sobre mulheres em situação de rua e a palestrante, uma mulher jovem, havia terminado sua fala quando um homem que vestia roupas com algumas manchas amareladas levantou a mão quando abriu-se para o público propor questões. O homem fez uma pergunta que era mais ou menos assim: “O que a senhora (falando para a

palestrante) vai fazer quando terminar essa palestra?” O clima da pergunta teve uma leve energia cômica e a palestrante respondeu que tinha alguns afazeres cotidianos para resolver, coisas de trabalho, coisas de casa, etc. O homem novamente se direcionou a ela e disse “Quando eu sair daqui eu vou deitar embaixo de uma árvore e ver o céu”. Não posso dizer que essa frase tenha tido o mesmo efeito para todos ali, mas para mim foi uma explosão mental, porque eu já estava olhando o tempo certo para pegar o metrô, chegar em casa e fazer as minhas também obrigações rotineiras. Nem passou pela minha cabeça olhar o céu. Depois desse dia eu comecei a entender a importância do tempo e do ócio e de como existiam práticas diferentes com relação a isso entre os diferentes universos.

Ao longo da pesquisa eu pude perceber, prática e teoricamente, que o ócio tem muito a ver com a capacidade de se relacionar com a realidade no presente momento em que ela está acontecendo. Uma conexão com o aqui e agora sem subterfúgios, sem se iludir com o que se vê, sem negar o que se sente. Benjamin vai dizer que esses momentos são singulares e apresentam uma “aura”. Ter essa conexão com o real é por um lado assustador e por outro muito potente. Assusta porque nesses momentos a gente não pode ignorar quem verdadeiramente somos, no ócio encaramos os nossos vazios. Olhar para nós mesmos – principalmente para o sujeito moderno – é apavorante. Não queremos nos encarar, usamos todas as formas possíveis para desviarmos os olhos internos, vivemos nos desviando de nós mesmos. Não à toa, os mecanismos do trabalho e da produtividade sabem tirar magistralmente usufruto disso. Porém, é quando nós nos vemos, nos percebemos com nossas fraquezas, nossas barbáries, é que

Biografia

podemos ver também as grandiosidades do Ser e mais ainda, as semelhantes barbáries que nos ligam aos Outros. O ócio propicia esse olhar verdadeiro para si, e quando isso acontece, a nossa percepção (empobrecida de experiência coletiva) muda. Nosso olhar para o mundo muda. Ir-para-si, como diria Guimarães Rosa, é a verdadeira travessia. Por meio dela descobrimos quem somos e percebemos a nossa vinculação intrínseca com os outros e com o mundo. Por meio do ócio, eu consigo me reconhecer e reconhecer o outro enquanto um semelhante, e isso é perigosíssimo para um mundo cujo funcionamento necessita da pobreza dos vínculos coletivos.

Assim, acredito que o ócio seja apavorantemente potente.



Giovanna Olinda

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais; Mestre em Ciências Humanas e Sociais; Bacharel em Ciências e Humanidades e Bacharel em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC. Participante do Grupo de Pesquisa do CNPq Resistências: Memória, controle social e interseccionalidade.



fundação podemos
política para todos